



## EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 56/2026

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026

### CONTRATANTE MUNICÍPIO DE BATAGUASSU/MS

**OBJETO:** Contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, inclusive aqueles que venham a ser contratados na vigência do contrato, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**VALOR MÍNIMO PARA OFERTA INICIAL:** R\$ 1.256.604,51 (um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e um centavo)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA DIA:** 21/07/2026 às 09h00min (horário de Brasília)

**INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 29/06/2026, às 09h00min (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Maior lance ou oferta

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**EXCLUSIVA ME/EPP:** NÃO

### PORTARIA Nº 678/2025

**Pregoeiro:** Valdemir Silvério Botelho de Oliveira.

**Equipe de Apoio:** Maria Cristina Alves dos Santos e Murilo Soares de Oliveira



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026**  
**(Processo Administrativo nº 127/2026)**

Torna-se público que o **Município de Bataguassu**, por meio do Setor de Licitações, sediado(a) Avenida Aquidauana, nº 1001, Centro, Bataguassu/MS, com **horário de expediente de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min (horário de Brasília)**, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos do artigo 28, Inciso I, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da Lei nº 123/2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, inclusive aqueles que venham a ser contratados na vigência do contrato, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

1.2. A licitação será dividida em único item, conforme constante do Termo de Referência.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. Não há dotação orçamentária a ser indicada para a presente contratação, uma vez que o objeto licitado não acarretará despesa para o Município de Bataguassu/MS.

2.2. A presente licitação tem por objeto a contratação de instituição financeira para prestação dos serviços de processamento e gerenciamento da folha de pagamento dos servidores municipais, mediante cessão onerosa do direito de operacionalização dos referidos serviços.

2.3. A execução contratual não implicará desembolso de recursos públicos pela Administração Municipal, sendo que, ao contrário, resultará em ingresso de receita decorrente da contraprestação financeira a ser paga pela licitante vencedora.

2.4. Dessa forma, em razão da inexistência de despesa a ser suportada pelo orçamento municipal, não se aplica a indicação de dotação orçamentária para a presente contratação.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**



3.1. Poderão participar deste pregão todas as instituições financeiras interessadas do ramo de atividades pertinente e compatível com o objeto da contratação, que preencherem as condições constantes neste Edital e que estiverem credenciadas no sistema **LICITANET – Licitações Eletrônicas**.

3.2. Para o acesso ao Sistema Eletrônico, os interessados em participar desta licitação, deverão dispor de um cadastro prévio, adquirido chave de identificação e senha pessoal, obtida junto a Plataforma/Sistema **LICITANET – Licitações Eletrônicas**, por meio do telefone **(034) 2512-6500** e/ou **(34) 3014-6633** e pelo site <https://licitanet.com.br/>.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

b) A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através da Plataforma/Sistema eletrônico **LICITANET**, o qual deverá manifestar em campo próprio na Plataforma eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema mencionado no item 3.2 até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de total responsabilidade do licitante conferir os seus dados cadastrados no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto ao órgão responsável pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.



3.8. **NÃO** poderão disputar esta licitação:

3.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.9. **NÃO** poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes deverão encaminhar a proposta inicial com o valor do seu preço, até a data e o horário estabelecido neste edital, exclusivamente por meio da plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas** pelo site: <https://licitanet.com.br/>.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá declarar em campo próprio do sistema, o cumprimento, conforme **Declaração Unificada**, disponibilizada pela plataforma, que:

4.3.1. Que cumpre o pleno conhecimento e a aceitação das regras e das condições gerais constantes do Edital;

4.3.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.3. Que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição





Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

4.3.4. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.5. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.6. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

4.3.7. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.3.8. Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante, bem como com agente público que desempenhe função na licitação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.3.9. Que não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.1. Quando for o caso, no(s) item(s) em que a participação é exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**”, impedirá o prosseguimento no certame.

4.4.2. Quando for o caso, no(s) item(s) em que a participação não for exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata o item acima sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.



4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a data e o horário estabelecidos para recebimento da proposta.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico (chat) durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item (em moeda corrente nacional);

5.1.2. Quantidade cotada;

5.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. **Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**



5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de serviço com fornecimento dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.5.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico **LICITANET – Licitações Eletrônicas** pelo site: <https://licitanet.com.br/>, na data e horário indicado neste Edital.

6.2. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não estão de acordo com o Termo de Referência.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. **O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens (chat) entre o/a Pregoeiro(a) e os licitantes.**

6.5. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **MAIOR VALOR**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

6.7. O licitante somente poderá oferecer **lance superior** ao último por ele ofertado e registrado no sistema.





6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 50,00 (cinquenta) reais**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável. Após o prazo de quinze segundos ou em caso de novo erro de lance, o licitante poderá solicitar ao/à pregoeiro(a) via chat a exclusão do seu último lance.

6.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



6.16. Em relação aos itens não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte (**quando houver**), uma vez encerrada a etapa de lances. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.17.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.17.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.17.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



6.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.17.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.17.2.2. Empresas brasileiras;

6.17.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.17.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer abaixo do definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.**

6.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.21. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.**

6.22. O/A Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.22.1. Na proposta adequada já corrigida e atualizada ao último valor ofertado, deverá a validade ser mínima de 60 (sessenta) dias úteis e respeitar estritamente a ordem e numeração dos itens, conforme Termo de Referência, anexo a este Edital.**

6.22.2. É facultado ao/à pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.23. É de total responsabilidade de todos os licitantes permanecerem on-line para acompanhar os prazos e a ordem da licitação.**



6.24. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.1.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício.**

7.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1. Contiver vícios insanáveis;

7.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.





7.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.5.1. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que comprove:

7.5.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.5.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5.2. Se houver indícios de inexecutibilidade o licitante vencedor será convocado a apresentar a Administração, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, por meio eletrônico, os documentos que comprovem a executibilidade da proposta, em atendimento à diligência promovida do(a) Pregoeiro(a).

7.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## **8. FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, e serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original e por cópia.

8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5. A habilitação será verificada por meio do Sistema Eletrônico do Sistema **LICITANET – Licitações Eletrônicas** pelo site: <https://licitanet.com.br/>,

8.6. Documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:





8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6.3. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.6.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.6.7. **Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.**

8.6.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.7. Documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

8.7.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.**

8.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas



administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

8.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.7.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.7.7. As certidões acima elencadas, que não possuem expressamente prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

#### 8.8. Documentos Relativos à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**:

8.8.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.8.2. Balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais para demonstração da boa saúde financeira da empresa.

8.8.2.1. A boa situação da empresa será comprovada através do índice que mede a solvência dos bancos, denominado Índice de Basiléia, devendo ser comprovado o índice mínimo de 8% (oito por cento), de acordo com a seguinte fórmula, preferencialmente, com Memória de Cálculo apresentada pelo licitante, sendo que a relação entre o Patrimônio de Referência - PR e os riscos ponderados – Patrimônio de Referência Exigido - PRE obedecem à regulamentação em vigor. A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021 e demais normas aplicáveis.

8.8.2.2. A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos neste item, será considerada inabilitada.



$IB = PR \times 100 / (PRE / \text{FATOR } F)$

Onde:

IB = Índice de Basiléia.

PR = Patrimônio de Referência.

PRE = Patrimônio de Referência Exigido Fator  $F = 0,08$ .

8.8.2.3. O atendimento do índice econômico previsto neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.8.2.4. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

8.8.3. A instituição poderá apresentar a cópia do último DLO - Demonstrativo de Limites Operacionais, enviado ao Banco Central do Brasil - BACEN, nos termos da legislação vigente, para demonstrar o IB - Índice de Basiléia.

#### 8.9. Documentos Relativos à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

8.9.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.9.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, a Contratada deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado emitido por órgão da administração pública ou pessoa jurídica de direito privado que comprove a aptidão e boa prestação de serviços, objeto desta licitação compatível em características e em quantidade.

8.9.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de servidores, isto é, 627 (seiscentos e vinte e sete) beneficiários.

8.9.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.9.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



8.9.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.9.6. Ato de autorização de funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme exigência do art. 10 da Lei nº 4.595/1964, que regula o funcionamento das instituições financeiras no país.

**8.9.7. Documentação complementar para cooperativas:**

8.9.7.1. Para as cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.9.7.2. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.9.7.3. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**8.10. DECLARAÇÃO UNIFICADA:**





8.10.1. Apresentar a **Declaração Unificada**, conforme modelo **Anexo IV** do Edital ou modelo disponibilizado na Plataforma/Sistema Licitanet.

8.10.2. A empresa que tenha utilizado de algum benefício referente a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (§2º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021), deverá apresentar a declaração conforme modelo **Anexo V** do Edital, devendo ser inserida junto a com a documentação.

8.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. Que poderá ser solicitado pelo(a) pregoeiro(a), observado o prazo estabelecido no edital, que deverá ser de, no mínimo, 24 horas.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.14. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,





mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. **O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.**

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no **prazo de 3 (três) dias** úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do **LICITANET – Licitações Eletrônicas**: <https://licitanet.com.br/> e no **Portal da Transparência do Município**: <https://www.bataguassu.ms.gov.br/>, no link: Transparência, Licitações.

## 10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Transcorrido o prazo recursal sem interposição de recursos ou, uma vez decididos os recursos interpostos, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará o processo licitatório à autoridade competente superior para adjudicação e homologação do resultado do certame, publicando-se os atos, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, consoante **minuta** que constitui o **ANEXO III** deste Edital.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá:

11.3.1. Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

11.3.2. Disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou

11.3.3. Outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

11.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

11.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

11.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.



11.5. Os prazos dos itens 12.2, 12.3.1, 12.3.2 e 12.3.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

11.7. A fiscalização do contrato será realizada pelo fiscal e gestor de contrato é a estabelecida no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** deste Edital.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro(a) durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2.5. O procedimento administrativo sancionatório observará o disposto no **Decreto Municipal nº 57/2026**, de 01 de abril de 2026.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **7 (sete) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1 e 12.1.2, a multa será de 0,5% a 5% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para a infração prevista no item 12.1.3, a multa será de 15% a 20% do valor do contrato licitado.

12.4.3. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.4.4. Os percentuais previstos serão aplicados sobre o valor estimado para a contratação quando a infração ocorrer no momento anterior à celebração do contrato e sobre o valor já contratado, quando as infrações forem decorrentes de descumprimento de cláusula contratual ou outro instrumento congênere.



12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, na forma do **Decreto Municipal nº 57/2026**, de 01 de abril de 2026.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções previstas neste edital demandará a instauração de processo administrativo prévio a ser conduzido pela comissão permanente estabelecida pela Portaria nº 248/2026, observando-se o disposto no **Decreto Municipal nº 057/2026**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias





úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis antes** da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: [licitacao@bataguassu.ms.gov.br](mailto:licitacao@bataguassu.ms.gov.br) ou pela plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas**: <https://licitanet.com.br/>.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada pelo(a) Pregoeiro(a) para outro dia e horário, que será divulgado na plataforma que ocorrerá o certame.

**14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.**

14.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



14.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico do **LICITANET – Licitações Eletrônicas** pelo site: <https://licitanet.com.br/> e no **Portal da Transparência do Município**: <https://www.bataguassu.ms.gov.br/>, no link: Transparência, Licitações.

14.10. Todos os Decretos de regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 2021 estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/ms/bataguassu>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Modelo de Proposta
- ANEXO II - Termo de Referência
- Apêndice do Anexo II - Estudo Técnico Preliminar
- ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato
- ANEXO IV - Modelo de Declaração Unificada
- ANEXO V – Modelo de Declaração para ME/EPP.
- ANEXO VI – Modelo de Declaração Contendo Informações para fins de assinatura do Contrato.

Bataguassu/MS, data da assinatura digital.

WANDERLEIA  
DUARTE  
CARAVINA:4327  
3149191

Assinado digitalmente por WANDERLEIA  
DUARTE CARAVINA:43273149191  
MID: C=BR, CN=CPF Brasil, OU=Certificado Digital  
PF A3, OU=Videoconferência, OU=  
39342680000125, OU=AC-SingulardID Multipla,  
CN=WANDERLEIA DUARTE  
CARAVINA:43273149191  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localidade:  
Data: 2025.08.26 11:58:33 -03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

**Wanderleia Caravina**  
Prefeita Municipal



**ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)  
(MODELO SUGERIDO)

**PROPOSTA**

Processo Administrativo nº 127/2026  
Pregão Eletrônico nº 045/2026

Empresa:  
CNPJ:  
Endereço:  
Cidade:  
Telefone: E-mail:  
Banco: Agencia: C/C:

**OBJETO:** Contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, inclusive aqueles que venham a ser contratados na vigência do contrato, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unid.	Qtd.	Valor para Venda
1	010.084.001	Contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, inclusive aqueles que venham a ser contratados na vigência do contrato	SERVI	1	R\$ 0,00
VALOR TOTAL R\$ 0,00					

Valor total: R\$ \_\_\_\_\_ (....)

Validade da proposta não inferior: **60 (sessenta) dias.**



A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

A Contratada deverá possuir agência física instalada no Município de Bataguassu/MS, garantindo atendimento presencial adequado aos servidores e demais beneficiários da folha de pagamento.

A Contratada deverá possuir sistema informatizado compatível com o sistema de gestão da folha de pagamento e movimentações financeiras do Município, possibilitando a realização de todas as operações de forma eletrônica, on-line e segura, sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada todas as despesas necessárias para eventual adequação ou compatibilização dos sistemas.

Caso a contratada não possua sistema informatizado compatível com o sistema gestão da folha de pagamento e movimentações financeiras do Município, esta deverá, sob suas expensas, realizar as devidas adequações para o pleno funcionamento e integração dos sistemas.

A Instituição Financeira se compromete a manter pessoal técnico capacitado e habilitado, em número adequado às necessidades, para lidar com as operações inerentes aos sistemas, indicando 1 (um) gestor e 1 (um) suplente com poderes idôneos de direção e supervisão.

A execução dos serviços deverá seguir os prazos e cronogramas constantes no **anexo II - Termo de Referência**.

A garantia, a manutenção e a assistência técnica referentes ao objeto desta licitação deverão atender, integralmente, às disposições constantes no anexo II - **Termo de Referência**.

**DECLARO**, que o produto constante desta proposta comercial ofertada atendem fielmente as especificações constantes no Edital, Termo de Referência.

WANDERLEIA  
DUARTE  
CARAVINA:43273149  
191

Assinado digitalmente por WANDERLEIA DUARTE  
CARAVINA:43273149#1  
MD: C=BR, O=CIP Brasil, OU=Certificado Digital PF A3,  
CN=VideturConfirma, OU=20240408000725, OU=AC  
SingularID Múltipla, CN=WANDERLEIA DUARTE  
CARAVINA:43273149#1  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localidade:  
Data: 2025.06.26 11:51:21 -0300  
Fonte: PDF Reader Versão: 2025.1.0

**CARIMBO COM CNPJ E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**



# ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA







## TERMO DE REFERÊNCIA

### I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, inclusive aqueles que venham a ser contratados na vigência do contrato, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

**1.2.** Especificação do objeto:

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Qtd.	Valor Mínimo Estimado para Venda
1	010.084.001	Contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, inclusive aqueles que venham a ser contratados na vigência do contrato	SERVI	1	R\$ 1.256.604,51
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 1.256.604,51					



**1.3.** Os bens e serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

**1.4.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 74/2025.

#### **Do Prazo de Vigência da Contratação**

**1.5.** O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.6.** O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista suas características e natureza de necessidade permanente.

**1.7.** O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade da Administração Pública Municipal de assegurar a continuidade, eficiência, segurança e regularidade na operacionalização dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, inclusive daqueles que vierem a ser contratados durante a vigência contratual.

**2.2.** Atualmente, a Administração necessita de instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB), pública ou privada, que possua capacidade técnica, operacional e tecnológica para realizar, com exclusividade, os serviços bancários relacionados ao processamento da folha de pagamento, garantindo agilidade, confiabilidade e segurança nas transações financeiras realizadas mensalmente.

**2.3.** A ausência de contratação adequada poderá ocasionar prejuízos à execução das rotinas administrativas e financeiras do Município, comprometendo o pagamento tempestivo dos servidores públicos, aposentados e pensionistas, situação que impacta



diretamente a manutenção dos serviços públicos essenciais e a estabilidade funcional da Administração.

**2.4.** Sob a perspectiva do interesse público, a contratação busca proporcionar maior eficiência administrativa, modernização dos serviços bancários, melhoria no atendimento aos servidores e maior segurança operacional no processamento das informações financeiras, além de possibilitar à Administração a obtenção de proposta mais vantajosa, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e supremacia do interesse público.

**2.5.** Além disso, a contratação de instituição financeira especializada permitirá a centralização e padronização dos procedimentos relacionados à folha de pagamento, reduzindo riscos operacionais, falhas de processamento e inconsistências cadastrais, contribuindo para a adequada gestão dos recursos públicos e para o cumprimento das obrigações legais e financeiras do Município.

**2.6.** Ressalta-se, ainda, que há estudos por parte da Administração visando à inclusão dos estagiários vinculados ao Município no processamento da folha de pagamento objeto da presente contratação, bem como a ampliação do quadro de funcionários por meio de realização de concurso público, que acontecerá em momento oportuno. Tais medidas que poderão ampliar a abrangência operacional dos serviços contratados e promover maior padronização na gestão financeira dos vínculos mantidos pela Administração Pública Municipal.

**2.7.** Dessa forma, evidencia-se a necessidade da contratação como medida indispensável para garantir a continuidade dos serviços administrativos relacionados à gestão da folha de pagamento, assegurando eficiência operacional, segurança das operações financeiras e atendimento adequado aos interesses da Administração Pública Municipal e de seus servidores.

**2.8.** A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026.

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025.



III) Data de republicação: 27/05/2026.

IV) Id do item no PCA:82/2026

V) Classe/Grupo: 3496743500 - Contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS.

### **III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A solução proposta compreende a contratação de instituição financeira pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB), para prestação, com exclusividade, dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e demais beneficiários vinculados à Administração Direta do Município de Bataguassu/MS.

**3.2.** A contratação visa assegurar a continuidade, eficiência, segurança e modernização dos serviços relacionados à operacionalização da folha de pagamento municipal, garantindo que os pagamentos sejam realizados de forma ágil, segura, precisa e em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**3.3.** A implementação da solução permitirá maior eficiência administrativa e financeira, mediante centralização dos serviços bancários em instituição financeira especializada, dotada de capacidade técnica, operacional e tecnológica compatível com as necessidades da Administração Pública Municipal. Além disso, a solução proporcionará maior segurança no processamento das informações financeiras, redução de falhas operacionais, melhoria no controle administrativo e maior comodidade aos beneficiários da folha de pagamento.

**3.4.** Justifica-se a adoção de vigência plurianual para o presente contrato em razão da natureza continuada e estratégica dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento, bem como por se tratar de contratação de alto valor econômico, tanto para a Administração Pública quanto para a instituição financeira contratada. A formalização de contrato com prazo mais amplo proporciona maior estabilidade





operacional, viabilidade econômica e segurança jurídica às partes, permitindo à instituição financeira melhor planejamento dos investimentos necessários à execução dos serviços e garantindo à Administração Pública condições mais vantajosas, maior eficiência na gestão contratual e continuidade adequada dos serviços prestados aos servidores e demais beneficiários da folha de pagamento.

**3.5.** A instituição financeira contratada deverá disponibilizar estrutura adequada para atendimento presencial e eletrônico, incluindo agência física no Município de Bataguassu/MS, sistemas informatizados compatíveis com o sistema de gestão da folha de pagamento da Administração e canais de atendimento eficientes aos servidores e demais beneficiários.

**3.6.** A solução deverá contemplar, ainda:

**3.6.1.** Processamento integral da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e demais beneficiários vinculados ao Município, mediante crédito em conta de titularidade dos beneficiários;

**3.6.2.** Abertura de contas na modalidade conta salário, incluindo coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias, preferencialmente no local de trabalho e durante o horário de expediente bancário;

**3.6.3.** Disponibilização de sistema eletrônico seguro, compatível e integrado com os sistemas utilizados pela Administração Municipal;

**3.6.4.** Garantia de sigilo, proteção e confidencialidade de todos os dados e informações compartilhados em razão da execução contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

**3.6.5.** Prestação de suporte técnico e operacional durante toda a vigência contratual, visando assegurar o correto funcionamento dos serviços, a solução de inconsistências operacionais e o atendimento às demandas da Administração;

**3.6.6.** Correção, sem ônus adicional para o Município, de eventuais falhas, inconsistências, atrasos ou erros identificados na execução dos serviços;

**3.6.7.** Disponibilização de canais de atendimento aos beneficiários da folha de pagamento, observando padrões adequados de qualidade, acessibilidade e eficiência;



**3.6.8.** Manutenção da infraestrutura tecnológica necessária à execução contratual, incluindo atualização de sistemas, mecanismos de segurança da informação e integração bancária;

**3.6.9.** Fornecimento, sempre que solicitado pela Administração, de relatórios, históricos de pagamentos e demais informações necessárias ao acompanhamento e fiscalização contratual.

**3.7.** A escolha desta solução possibilita à Administração Pública maior eficiência na gestão financeira da folha de pagamento, segurança nas operações bancárias, melhoria dos serviços prestados aos servidores e beneficiários, além de garantir economicidade, continuidade dos serviços públicos e observância aos princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

**3.8.** Serão exigidas documentação de qualificação técnica e econômico-financeira.

**3.9.** Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

#### **IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A contratação deverá contemplar instituição financeira pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para funcionamento e operação no território nacional, apta a realizar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, inclusive daqueles que vierem a ser contratados durante a vigência contratual, podendo ainda abranger estagiários e demais beneficiários vinculados à folha de pagamento municipal.

**4.2.** A instituição financeira contratada deverá possuir capacidade técnica, operacional e tecnológica suficiente para assegurar a execução contínua, eficiente e segura dos serviços, observando rigorosamente as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN), Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais legislações aplicáveis.

**4.3.** A Contratada deverá possuir agência física instalada no Município de Bataguassu/MS, garantindo atendimento presencial adequado aos servidores e demais beneficiários da folha de pagamento;



**4.4.** A Contratada deverá possuir sistema informatizado compatível com o sistema de gestão da folha de pagamento e movimentações financeiras do Município, possibilitando a realização de todas as operações de forma eletrônica, on-line e segura, sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada todas as despesas necessárias para eventual adequação ou compatibilização dos sistemas;

**4.4.1.** Caso a contratada não possua sistema informatizado compatível com o sistema de gestão da folha de pagamento e movimentações financeiras do Município, esta deverá, sob suas expensas, realizar as devidas adequações para o pleno funcionamento e integração dos sistemas.

**4.4.2.** Todas as trocas de dados e informações entre a Instituição Financeira e o MUNICIPIO serão efetuadas por métodos, seguros, modernos e devidamente protegidos de forma a garantir o sigilo, a veracidade e a autenticidade da origem dos dados e das informações, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

**4.4.3.** Os sistemas utilizados na troca de dados e informações entre a Instituição Financeira e o MUNICIPIO, deverão ser acessados por meio de linha dedicada, internet ou intranet.

**4.4.4.** Obrigatoriamente os computadores e usuários envolvidos deverão ter suas identidades verificadas, por certificação digital ou equivalente, e as informações deverão ser criptografadas.

**4.4.5.** A Instituição Financeira se compromete a manter pessoal técnico capacitado e habilitado, em número adequado às necessidades, para lidar com as operações inerentes aos sistemas, indicando 1 (um) gestor e 1 (um) suplente com poderes idôneos de direção e supervisão.

**4.5.** A Contratada deverá responsabilizar-se integralmente pela guarda, proteção, sigilo e confidencialidade das informações constantes nos arquivos repassados pela Administração, bem como das informações trocadas e geradas em razão da execução contratual, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e demais normas aplicáveis;

**4.6.** A Contratada deverá promover a abertura das contas dos servidores ativos, inativos, pensionistas e demais beneficiários da folha de pagamento, preferencialmente na



modalidade conta salário, realizando coleta de documentos, dados e assinaturas necessários no local e horário de trabalho, dentro do expediente bancário;

**4.7.** A Contratada deverá informar claramente, no momento da abertura das contas, as condições de utilização, inclusive quanto às tarifas bancárias, pacotes de serviços disponíveis e respectivas isenções;

**4.8.** Efetuar os créditos dos pagamentos nas contas dos beneficiários sem qualquer custo ao Contratante ou aos beneficiários da folha, observando os prazos e informações encaminhadas pela Administração Municipal;

**4.9.** Apresentar previamente ao Contratante tabela contendo a franquia mínima de serviços isentos de tarifas, bem como a relação dos demais serviços e produtos ofertados com suas respectivas tarifas;

**4.10.** A Contratada deverá executar os pagamentos de forma contínua durante toda a vigência contratual, mediante crédito em conta de titularidade dos beneficiários, observando integralmente as disposições contratuais e regulamentações expedidas pelos órgãos competentes;

**4.11.** A Contratada deverá assumir integral responsabilidade pelas operações financeiras realizadas diretamente com os beneficiários, incluindo empréstimos, financiamentos, débitos automáticos ou quaisquer outras transações bancárias;

**4.12.** Reparar ou corrigir, dentro dos prazos estipulados pela Contratante, quaisquer vícios, falhas, defeitos ou incorreções constatadas na prestação dos serviços;

**4.13.** Manter histórico dos pagamentos efetuados durante toda a vigência contratual, devendo fornecer as informações solicitadas pela Administração no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para pagamentos realizados nos últimos 90 (noventa) dias e no prazo máximo de 30 (trinta) dias para períodos superiores;

**4.14.** A Contratada deverá comunicar imediatamente ao Contratante qualquer determinação judicial, administrativa ou legal que implique bloqueio, retenção ou débito nas contas vinculadas ao pagamento de pessoal;

**4.15.** A Contratada deverá informar imediatamente ao Contratante eventual comunicação de óbito recebida da Receita Federal referente a membros, servidores ativos, inativos, pensionistas ou demais beneficiários da folha, ficando vedado o depósito de valores após





a comunicação, devendo eventual valor ser estornado ao Município no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;

**4.16.** A Contratada deverá informar previamente ao Contratante, sempre que houver obrigação legal de fornecimento de dados pessoais a autoridades públicas, para que a Administração adote as medidas que entender cabíveis;

**4.17.** Manter absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações financeiras ou funcionais dos beneficiários da folha de pagamento, sendo vedada sua divulgação sem autorização prévia e expressa da Administração;

**4.18.** Efetuar o pagamento de todos os tributos, impostos, taxas, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas incidentes sobre a execução contratual;

**4.19.** Responder integralmente pelos danos e prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros em decorrência de ação, omissão, culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes;

**4.20.** Comunicar previamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, eventual alteração de agência bancária dos correntistas, informando os impactos da mudança aos beneficiários da folha de pagamento e ao Contratante.

**4.21.** A contratação deverá observar, ainda, os princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa, segurança das operações financeiras, economicidade, transparência e proteção dos dados pessoais dos beneficiários da folha de pagamento municipal.

### **Requisitos Gerais**

**4.22.** A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**4.23.** A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

**4.24.** Todas as despesas decorrentes da execução do objeto são responsabilidade exclusiva da contratada, inclusas as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação de serviços.



**4.25.** O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, notadamente no que tange a Lei nº 14.967/2024, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**Subcontratação**

**4.26.** Não será permitida a subcontratação do objeto sem a prévia e expressa autorização por escrito da Administração.

**Garantia da contratação**

**4.27.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** O início da execução dos serviços contratados se dará a partir da data da assinatura do contrato.

**5.2.** O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133 de 2021, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da referida lei.

**5.3.** Após a assinatura do contrato a Contratada deverá designar agência bancária localizada em Bataguassu/MS com estrutura organizacional responsável para realizar o atendimento aos beneficiários, bem como articular o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo Banco.

**5.4. Da abertura de conta salário para os servidores:**

**5.4.1.** Após a assinatura do contrato, a administração repassará ao banco, por meio de arquivo eletrônico, as seguintes informações relativas aos beneficiários: nome, CPF, data de nascimento, renda bruta, cargo e matrícula.

**5.4.2.** Caberá ao banco responsabilizar-se pela obtenção de eventuais informações cadastrais dos beneficiários necessárias para conclusão do processo de abertura de conta salário.

**5.4.3.** Os servidores poderão optar pela abertura e manutenção de conta de depósitos à vista junto ao Banco que vier a ser contratado, com definição de pacotes padronizados de



serviços ou restrição a serviços essenciais. Poderão também transferir os salários para crédito em contas mantidas em outras instituições financeiras (portabilidade), da qual sejam titulares, sem qualquer custo, com disponibilidade no mesmo dia, conforme normas vigentes.

**5.4.4.** Para aqueles que receberem sua remuneração em conta exclusivamente salário, não serão cobradas quaisquer tarifas de serviços.

**5.4.5.** A instituição financeira vencedora deverá, imediatamente após a assinatura do contrato, iniciar o procedimento de abertura de contas salário, que deverão ter como titulares os beneficiários do objeto deste certame, observando o seguinte:

**a)** Deverá ser realizado cruzamento dos CPFs informados pela administração com os de seus correntistas a fim de evitar duplicidade de contas salário, sendo oportunizado aos beneficiários a abertura de nova conta, ou não, conforme o que lhe for mais conveniente.

**b)** Deverá encaminhar para o Departamento Pessoal, impreterivelmente em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, listagem eletrônica – em formato Excel – informando: Matrícula, nome e o número da conta salário e agência para créditos das remunerações dos beneficiários.

**5.4.6.** Todos os procedimentos necessários para a formalização de abertura das contas salário, tais como, preenchimento de fichas (cartões) cadastrais e de assinaturas, entrega de cartões magnéticos, cadastramento de senha, etc., deverão ser informados aos beneficiários do contrato.

**5.4.7.** Até que se regularizem todos os procedimentos relativos à abertura das contas salário, a instituição financeira deverá providenciar o repasse dos créditos, SEM ÔNUS, para as contas já existentes em outras instituições, cujos dados necessários serão devidamente informados pela administração, através de arquivo eletrônico.

**5.4.8.** As contas salário deverão ser abertas, sem custos, devendo ser promovida a coleta de dados, documentos, assinaturas, e o que mais for necessário para sua execução, no local e horário de trabalho dos servidores, na sede da Contratante. Na oportunidade deverão ser repassadas aos beneficiários informações relativas ao recebimento de cartões e demais correlatas ao uso da conta salário.



**5.4.9.** Os beneficiários poderão, a qualquer momento, solicitar a mudança de instituição financeira (portabilidade) na qual será creditado seu pagamento.

**5.4.10.** É vedado à Instituição financeira recusar a abertura de conta salário em nome dos beneficiários, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei.

**5.4.11.** Na hipótese de impedimento legal para abertura/movimentação de conta salário em nome de algum beneficiário, o banco deverá comunicar o fato a Administração e providenciar outra forma para efetivação do crédito dos pagamentos.

**5.4.12.** A Prefeitura Municipal de Bataguassu/MS, seus servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como os demais beneficiários da folha de pagamento, obedecidas às condições do Contratado, serão seus “Clientes Preferenciais”, assim entendidos aqueles aos quais forem disponibilizados “serviços diferenciados”, nos termos definidos na Resolução n.º 3.919 de 25/11/2010, e alterações, do Conselho Monetário Nacional.

**5.4.13.** Quaisquer outros serviços não previstos neste subitem, não poderão ser tarifados em valor superior aos praticados para os demais correntistas da Instituição Financeira.

**5.4.14.** Para os servidores que contratarem os serviços da instituição financeira, esta deverá assegurar ampla divulgação dos valores cobrados por seus serviços, inclusive no que se refere aos pacotes padronizados e anuidades de cartões de crédito, e informar prévia e diretamente aos servidores quando ocorrerem mudanças em suas políticas de isenção ou de redução dessas tarifas.

## **5.5. Do processamento dos créditos relativos à folha de pagamento**

**5.5.1.** Os créditos relativos à folha de pagamento, serão os valores líquidos das folhas de pagamento mensal, 13º (décimo terceiro) salário, férias e demais créditos originários da relação entre aqueles que possuam vínculo de remuneração com a administração Municipal.

**5.5.2.** O processo de crédito de folha de pagamento deve ser isento de tarifa para a Prefeitura Municipal de Bataguassu/MS e para todos os beneficiários.

**5.5.3.** Os pagamentos serão efetuados de acordo com calendário definido pela administração Municipal, que serão oportunamente repassado à instituição financeira, que deverá estar preparada para executar os pagamentos, considerando a totalidade dos beneficiários.





**5.5.4.** A Contratante repassará ao Banco os dados da folha mensal de pagamento, por meio de arquivo eletrônico, **no prazo de até 01 (um) dia útil imediatamente anterior à data prevista para liberação do pagamento.**

**5.5.5.** Os créditos relativos às folhas de pagamentos são mensais, podendo, no entanto, ocorrer outros pagamentos originários da relação entre aqueles que possuam vínculo de remuneração com o Município de Bataguassu/MS, em quaisquer períodos, conforme conveniência administrativa da Administração, os quais deverão ser creditados no prazo de 01 (um) dia útil, contado do recebimento do crédito, ou conforme data previamente definida pela Contratante.

**5.5.6.** Deverão ser comunicados à Contratante até o 1º (primeiro) dia subsequente à remessa dos arquivos, os créditos processados e os eventualmente devolvidos por inconsistências nas informações bancárias, para fins de regularização.

**5.5.7.** A Contratada deverá possuir sistema informatizado compatível com o da Contratante, para que todas as operações possam ser processadas por meio eletrônico e on-line, através da rede mundial de computadores (internet), sendo todas as despesas de adaptação, quando necessárias, de responsabilidade da Contratada. Compete ainda a Contratada realizar treinamento acerca da utilização do software bem como prestar informações e orientações fornecendo todo e qualquer suporte necessário aos usuários para fins de uso do sistema.

**5.5.8.** O sistema de gerenciamento da folha de pagamento de salários, em forma eletrônica, deverá ser operacionalizado sob mecanismo de autorização com segurança própria (exemplo certificação digital, cartão de acesso de segurança, etc.) e deverá ser fornecido gratuitamente pela Instituição Financeira.

**5.5.9.** Na hipótese de fornecimento de software pela Contratada, esta assume total e integral responsabilidade pela guarda, zelo, uso indevido ou fraudulento, por quem quer que seja, do software, e também por eventuais prejuízos decorrentes de acesso ao sistema por pessoas não autorizadas ou credenciadas pela Contratante.

**5.5.10.** Caso o crédito do salário não ocorra no dia previsto na conta salário dos beneficiários, e sendo tal situação causada por responsabilidade da Contratada, esta deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados por tal ocorrência, seja por demanda



direta dos prejudicados ou, quando se tratar de abrangência coletiva, por demanda da Contratante.

### **5.6. Da concessão de créditos consignados**

**5.6.1.** A Contratada poderá disponibilizar empréstimos consignados em folha de pagamento, sem caráter de exclusividade, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares, respeitado o limite permitido da margem consignável.

**5.6.2.** Na hipótese de rescisão deste contrato, a continuidade do pagamento das consignações assumidas pelos Beneficiários que possuam empréstimos não quitados até a data do evento, será mantida na Contratada, durante o período necessário para a liquidação das aludidas operações de crédito, devendo, outrossim, ser providenciada a celebração de ajuste para este fim.

**5.6.3.** A Contratante não se responsabiliza direta ou indiretamente, seja de forma solidária ou subsidiária, por qualquer transação, débito, empréstimo ou quaisquer outras operações realizadas com os Beneficiários, assumindo a Contratada o risco integral das operações.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

**5.7.** A contratada deverá garantir a adequada execução dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento durante toda a vigência contratual, assegurando a continuidade, segurança, integridade e disponibilidade das operações bancárias e sistemas utilizados na prestação dos serviços.

**5.8.** A contratada deverá prestar suporte técnico e operacional contínuo, sem qualquer ônus adicional para o contratante, visando assegurar o perfeito funcionamento dos sistemas, integrações bancárias, transmissão de arquivos, processamento da folha de pagamento e demais serviços relacionados ao objeto contratado.

**5.9.** A assistência técnica compreenderá o atendimento e correção de falhas, inconsistências, indisponibilidades sistêmicas, erros operacionais ou quaisquer problemas que comprometam a adequada execução dos serviços contratados.

**5.10.** Uma vez notificada pelo contratante acerca da existência de falhas ou inconsistências na prestação dos serviços, a contratada deverá adotar imediatamente as providências necessárias para correção do problema, observando os prazos estabelecidos pela



Administração, de modo a não comprometer o processamento da folha de pagamento e os pagamentos aos beneficiários.

**5.11.** A contratada deverá manter equipe técnica e estrutura operacional compatíveis com a complexidade do objeto, garantindo suporte eficiente à Administração Municipal e aos beneficiários da folha de pagamento durante toda a vigência contratual.

**5.12.** Sempre que houver necessidade de manutenção preventiva, atualização sistêmica ou qualquer intervenção técnica que possa impactar a continuidade dos serviços, a contratada deverá comunicar previamente o contratante, informando as medidas adotadas para evitar interrupções ou prejuízos operacionais.

**5.13.** A contratada será integralmente responsável pelos custos relacionados à manutenção de sistemas, infraestrutura tecnológica, suporte técnico, integração bancária e demais recursos necessários à execução contratual.

**5.14.** Caso a contratada deixe de solucionar falhas ou inconsistências que comprometam a execução dos serviços, poderá o contratante adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive aplicação de penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

**5.15.** A prestação dos serviços deverá observar rigorosamente os padrões de segurança da informação, sigilo bancário e proteção de dados pessoais previstos na legislação aplicável, especialmente na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.16.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**5.16.1.** A quantidade total de servidores, entre ativos, inativos, concursados, contratados e pensionistas é de 1.254 (mil, duzentos e cinquenta e quatro), tendo como referência o mês de maio/2026. Essa quantidade é variável em razão de contratações temporárias, aposentadorias, exonerações e novas admissões.

**5.16.2.** A pirâmide salarial atual é a seguinte:

Salário	Quantidade Total	Remuneração Média
Até R\$ 1.000,00	34	R\$ 19.126,62
De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	23	R\$ 36.240,69



De R\$ 2.000,01 a R\$3.000,00	433	R\$ 1.068.008,00
De R\$ 3.000,01 a R\$4.000,00	145	R\$ 501.699,36
De R\$ 4.000,01 a R\$5.000,00	92	R\$ 415.715,84
De R\$ 5.000,01 a R\$ 7.000,00	236	R\$ 1.411.656,45
De R\$ 7.000,01 a R\$ 9.000,00	94	R\$ 755.880,63
De R\$ 9.000,01 a R\$ 12.000,00	62	R\$ 631.166,29
De R\$ 12.000,01 a R\$ 15.000,00	22	R\$ 293.755,05
De R\$ 15.000,01 a R\$ 42.000,00	35	R\$ 750.118,42
<b>TOTAL</b>	<b>1.176</b>	<b>R\$ 5.883.367,35</b>

FAIXA: Até R\$ 1.000,00		
Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	-	-
EFETIVO	-	-
EFETIVO EM COMISSAO	-	-
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	28	R\$ 15.988,93
INATIVO/PENSIONISTA	06	R\$ 3.137,69
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	

FAIXA: DE R\$ 1.000,01 A R\$ 2.000,00		
Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	01	R\$ 1.715,00
EFETIVO	05	R\$ 8.920,18
EFETIVO EM COMISSAO	-	-
ELETIVO	01	R\$ 1.530,14
CEDIDO	01	R\$ 1.621,00
TEMPORARIO - CONTRATADO	15	R\$ 22.454,37
INATIVO/PENSIONISTA	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	

FAIXA: DE R\$ 2.000,01 A R\$ 3.000,00		
Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	09	R\$ 23.082,50
EFETIVO	184	R\$ 435.221,41
EFETIVO EM COMISSAO	01	R\$ 2.018,80
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-



TEMPORARIO - CONTRATADO	236	R\$ 599.838,01
INATIVO/PENSIONISTA	03	R\$ 7.847,28
<b>TOTAL</b>	<b>433</b>	

FAIXA: DE R\$ 3.000,01 A R\$ 4.000,00		
Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	16	R\$ 58.800,00
EFETIVO	89	R\$ 306.748,37
EFETIVO EM COMISSAO	02	R\$ 7.350,00
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	35	R\$ 118.373,70
INATIVO/PENSIONISTA	03	R\$ 10.427,29
<b>TOTAL</b>	<b>145</b>	

FAIXA: DE R\$ 4.000,01 A R\$ 5.000,00		
Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	-	-
EFETIVO	77	R\$ 348.071,30
EFETIVO EM COMISSAO	-	-
ELETIVO	04	R\$ 16.831,59
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	09	R\$ 41.797,73
INATIVO/PENSIONISTA	02	R\$ 9.015,22
<b>TOTAL</b>	<b>92</b>	

FAIXA: DE R\$ 5.000,01 A R\$ 7.000,00		
Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	28	R\$ 163.034,88
EFETIVO	183	R\$ 1.098.209,41
EFETIVO EM COMISSAO	06	R\$ 36.247,35
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	16	R\$ 95.574,06
INATIVO/PENSIONISTA	03	R\$ 18.590,75
<b>TOTAL</b>	<b>236</b>	





**FAIXA: ACIMA DE R\$ 7.000,01 A R\$ 9.000,00**

Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	5	R\$ 40.933,90
EFETIVO	64	R\$ 513.270,40
EFETIVO EM COMISSAO	08	R\$ 67.911,71
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	12	R\$ 92.942,33
INATIVO/PENSIONISTA	05	R\$ 40.822,29
<b>TOTAL</b>	<b>94</b>	

**FAIXA: ACIMA DE R\$ 9.000,01 A R\$ 12.000,00**

Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	-	-
EFETIVO	47	R\$ 480.205,78
EFETIVO EM COMISSAO	09	R\$ 91.412,75
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	04	R\$ 40.454,35
INATIVO/PENSIONISTA	02	R\$ 19.093,41
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	

**FAIXA: ACIMA DE R\$ 12.000,01 A R\$ 15.000,00**

Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	02	R\$ 24.203,54
EFETIVO	16	R\$ 213.126,25
EFETIVO EM COMISSAO	03	R\$ 43.103,37
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	-	-
INATIVO/PENSIONISTA	01	R\$ 13.321,89
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	

**FAIXA: ACIMA DE R\$ 15.000,01 A R\$ 42.000,00**

Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	01	R\$ 16.275,00
EFETIVO	15	R\$ 352.195,30
EFETIVO EM COMISSAO	07	R\$ 119.138,06
ELETIVO	08	R\$ 151.650,00
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	03	R\$ 80.352,57
INATIVO/PENSIONISTA	01	R\$ 30.507,49
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	



## **VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**6.6.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.6.1.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.6.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.6.3.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.6.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



**6.6.5.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**6.7.** O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.7.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.8.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.9.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.10.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.11.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



**6.12.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.13.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1.** A contratada repassará à contratante o valor ofertado na licitação, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas, estagiários e demais beneficiários vinculados à Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, em parcela única e sem qualquer desconto, em moeda corrente nacional, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da assinatura do contrato administrativo.

**7.2.** O valor arrecadado constituirá receita do Município de Bataguassu/MS, sendo destinado conforme as disposições orçamentárias e financeiras da Administração Municipal.

**7.3.** A contratada deverá efetuar o pagamento mediante transferência ou ordem bancária em conta específica a ser oportunamente indicada pela contratante.

**7.4.** Na hipótese de prorrogação contratual, o valor da contrapartida poderá ser reajustado mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período correspondente.

**7.5.** Em caso de atraso no pagamento da contrapartida financeira, a contratada ficará sujeita à incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, acrescida de atualização monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Termo de Referência, contrato administrativo e legislação aplicável.



**7.5.1.** O valor em atraso será atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

## **VIII. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pela **MAIOR OFERTA**.

### **Regime de Execução**

**8.2.** O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**8.4.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.5.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.6.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.7.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.





**8.8.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.9.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.10.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.11.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.12.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.13.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.14.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.15.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.16.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



**8.17.** As certidões acima elencadas, que não possuírem expressamente prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

**8.18.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

Qualificação Econômico-Financeira

**8.19.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

**8.20.** Balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais para demonstração da boa saúde financeira da empresa.

**8.20.1.** A boa situação da empresa será comprovada através do índice que mede a solvência dos bancos, denominado Índice de Basiléia, devendo ser comprovado o índice mínimo de 8% (oito por cento), de acordo com a seguinte fórmula, preferencialmente, com Memória de Cálculo apresentada pelo licitante, sendo que a relação entre o Patrimônio de Referência - PR e os riscos ponderados – Patrimônio de Referência Exigido - PRE obedecem à regulamentação em vigor. A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021 e demais normas aplicáveis.

**8.20.2.** A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos neste item, será considerada inabilitada.

$$IB = PR \times 100 / (PRE / FATOR F)$$

Onde:

IB = Índice de Basiléia.

PR = Patrimônio de Referência.

PRE = Patrimônio de Referência Exigido Fator F = 0,08

**8.20.3.** O atendimento do índice econômico previsto neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



**8.20.4.** O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**8.21.** A instituição poderá apresentar a cópia do último DLO - Demonstrativo de Limites Operacionais, enviado ao Banco Central do Brasil - BACEN, nos termos da legislação vigente, para demonstrar o IB - Índice de Basiléia.

#### **Qualificação Técnica**

**8.22.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.23.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, a Contratada deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado emitido por órgão da administração pública ou pessoa jurídica de direito privado que comprove a aptidão e boa prestação de serviços, objeto desta licitação compatível em características e em quantidade;

**8.23.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**8.23.2.** Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de servidores, isto é, 627 (seiscentos e vinte e sete) beneficiários.

**8.24.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**8.25.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.26.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



**8.27.** Ato de autorização de funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme exigência do art. 10 da Lei nº 4.595/1964, que regula o funcionamento das instituições financeiras no país.

**Documentação complementar para cooperativas**

**8.28.** Para as cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**8.28.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**8.28.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**8.28.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**8.28.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**8.28.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

**8.28.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**8.28.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



## IX. ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. O valor total da proposta apresentada não poderá ser inferior a **R\$ 1.256.604,51 (um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e um centavos)**.

## X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos provenientes desta contratação constituirão receita do Município de Bataguassu/MS, sendo destinado conforme as disposições orçamentárias e financeiras da Administração Municipal.

10.2. Considerando que não haverá dispêndio de recursos por parte do Município, não há dotação orçamentária a ser indicada.

Bataguassu-MS, 18 de junho de 2026.

### Elaboração:

NATHALIA SCHULZ  
CARDOSO:03094521126  
Assinado de forma digital por NATHALIA SCHULZ  
CARDOSO:03094521126  
Dados: 2026.06.18 17:11:08 -03'00'

**Nathália Schulz Cardoso**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

GEOVANI  
TAVARES  
MARTIM:07997866167  
Assinado de forma digital por GEOVANI TAVARES  
MARTIM:07997866167  
Dados: 2026.06.18 16:59:28 -03'00'

**Geovani Tavares Martim**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

KAUAN LUCIO  
FERREIRA DA  
ROSA:05898049100  
Assinado de forma digital por KAUAN LUCIO FERREIRA  
DA ROSA:05898049100  
Dados: 2026.06.19 08:44:43 -03'00'

**Kauan Lucio Ferreira da Rosa**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

### Aprovado por:

ALLED  
CAROLAYNE REIS  
ARAUJO:05293755161  
Assinado digitalmente por ALLED  
CAROLAYNE REIS ARAUJO:05293755161  
ND: C=BR, CN=CP-Brasil, OU=Certificado  
Digital PF AT, OU=Videoconferencia, OU=3934268000126, OU=AC-SingularID  
Multipla, CN=ALLED CAROLAYNE REIS  
ARAUJO:05293755161  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2026.06.19 08:47:44-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

**Alled Carolayne Reis Araújo**  
Secretária Municipal de Administração e Finanças





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BATAGUASSU**  
ORDEM E PROGRESSO | 2025 - 2028

**SEPLAN**

Secretaria Municipal de  
Planejamento e Licitações

# Apêndice do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar



Avenida Aquidauana, 1001 | Centro | Fone: (67) 4042-9000

CEP 79.780-000 | CNPJ 03.576.220/0001-56

[www.bataguassu.ms.gov.br](http://www.bataguassu.ms.gov.br) | [planejamento@bataguassu.ms.gov.br](mailto:planejamento@bataguassu.ms.gov.br) | [licitacao@bataguassu.ms.gov.br](mailto:licitacao@bataguassu.ms.gov.br)



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**OBJETO:** Análise da viabilidade técnica e econômica para a escolha da melhor solução visando atender à demanda por serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS.

### **LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA**

- Lei nº 14.133/2021 - Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.
- Decreto Municipal nº 70/2025 - Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
- Decreto Municipal nº 95/2025 – Dispõe sobre as práticas de gestão de risco;
- Resolução TCE/MS nº 88/2018 e suas alterações; e
- Demais legislações pertinentes.

**REQUISITANTE:** Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

### **I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade da Administração Pública Municipal de assegurar a continuidade, eficiência, segurança e regularidade na operacionalização dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, inclusive daqueles que vierem a ser contratados durante a vigência contratual.

Atualmente, a Administração necessita de instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB), pública ou privada, que possua capacidade técnica, operacional e tecnológica para realizar, com exclusividade, os serviços bancários relacionados ao processamento da folha de pagamento, garantindo



agilidade, confiabilidade e segurança nas transações financeiras realizadas mensalmente. A ausência de contratação adequada poderá ocasionar prejuízos à execução das rotinas administrativas e financeiras do Município, comprometendo o pagamento tempestivo dos servidores públicos, aposentados e pensionistas, situação que impacta diretamente a manutenção dos serviços públicos essenciais e a estabilidade funcional da Administração.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação busca proporcionar maior eficiência administrativa, modernização dos serviços bancários, melhoria no atendimento aos servidores e maior segurança operacional no processamento das informações financeiras, além de possibilitar à Administração a obtenção de proposta mais vantajosa, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e supremacia do interesse público.

Além disso, a contratação de instituição financeira especializada permitirá a centralização e padronização dos procedimentos relacionados à folha de pagamento, reduzindo riscos operacionais, falhas de processamento e inconsistências cadastrais, contribuindo para a adequada gestão dos recursos públicos e para o cumprimento das obrigações legais e financeiras do Município.

Ressalta-se, ainda, que há estudos por parte da Administração visando à inclusão dos estagiários vinculados ao Município no processamento da folha de pagamento objeto da presente contratação, bem como a ampliação do quadro de funcionários por meio de realização de concurso público, que acontecerá em momento oportuno. Tais medidas que poderão ampliar a abrangência operacional dos serviços contratados e promover maior padronização na gestão financeira dos vínculos mantidos pela Administração Pública Municipal.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade da contratação como medida indispensável para garantir a continuidade dos serviços administrativos relacionados à gestão da folha de pagamento, assegurando eficiência operacional, segurança das operações financeiras e atendimento adequado aos interesses da Administração Pública Municipal e de seus servidores.



## **II. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026.

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025.

III) Data de republicação: 18/05/2026.

IV) Id do item no PCA: 82/2026

V) Classe/Grupo: 3496743500 - Contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS.

## **III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, OBSERVADAS AS LEIS OU REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS, BEM COMO PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO**

**3.1.** A contratação deverá contemplar instituição financeira pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para funcionamento e operação no território nacional, apta a realizar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, inclusive daqueles que vierem a ser contratados durante a vigência contratual, podendo ainda abranger estagiários e demais beneficiários vinculados à folha de pagamento municipal.

**3.2.** A instituição financeira contratada deverá possuir capacidade técnica, operacional e tecnológica suficiente para assegurar a execução contínua, eficiente e segura dos serviços, observando rigorosamente as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN), Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais legislações aplicáveis.



- 3.3.** A Contratada deverá possuir agência física instalada no Município de Bataguassu/MS, garantindo atendimento presencial adequado aos servidores e demais beneficiários da folha de pagamento;
- 3.4.** A Contratada deverá possuir sistema informatizado compatível com o sistema de gestão da folha de pagamento e movimentações financeiras do Município, possibilitando a realização de todas as operações de forma eletrônica, on-line e segura, sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada todas as despesas necessárias para eventual adequação ou compatibilização dos sistemas;
- 3.4.1.** Caso a contratada não possua sistema informatizado compatível com o sistema gestão da folha de pagamento e movimentações financeiras do Município, esta deverá, sob suas expensas, realizar as devidas adequações para o pleno funcionamento e integração dos sistemas.
- 3.5.** A Contratada deverá responsabilizar-se integralmente pela guarda, proteção, sigilo e confidencialidade das informações constantes nos arquivos repassados pela Administração, bem como das informações trocadas e geradas em razão da execução contratual, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e demais normas aplicáveis;
- 3.6.** A Contratada deverá promover a abertura das contas dos servidores ativos, inativos, pensionistas e demais beneficiários da folha de pagamento, preferencialmente na modalidade conta salário, realizando coleta de documentos, dados e assinaturas necessários no local e horário de trabalho, dentro do expediente bancário;
- 3.7.** A Contratada deverá informar claramente, no momento da abertura das contas, as condições de utilização, inclusive quanto às tarifas bancárias, pacotes de serviços disponíveis e respectivas isenções;
- 3.8.** Efetuar os créditos dos pagamentos nas contas dos beneficiários sem qualquer custo ao Contratante ou aos beneficiários da folha, observando os prazos e informações encaminhadas pela Administração Municipal;
- 3.9.** Apresentar previamente ao Contratante tabela contendo a franquia mínima de serviços isentos de tarifas, bem como a relação dos demais serviços e produtos ofertados com suas respectivas tarifas;





- 3.10.** A Contratada deverá executar os pagamentos de forma contínua durante toda a vigência contratual, mediante crédito em conta de titularidade dos beneficiários, observando integralmente as disposições contratuais e regulamentações expedidas pelos órgãos competentes;
- 3.11.** A Contratada deverá assumir integral responsabilidade pelas operações financeiras realizadas diretamente com os beneficiários, incluindo empréstimos, financiamentos, débitos automáticos ou quaisquer outras transações bancárias;
- 3.12.** Reparar ou corrigir, dentro dos prazos estipulados pela Contratante, quaisquer vícios, falhas, defeitos ou incorreções constatadas na prestação dos serviços;
- 3.13.** Manter histórico dos pagamentos efetuados durante toda a vigência contratual, devendo fornecer as informações solicitadas pela Administração no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para pagamentos realizados nos últimos 90 (noventa) dias e no prazo máximo de 30 (trinta) dias para períodos superiores;
- 3.14.** A Contratada deverá comunicar imediatamente ao Contratante qualquer determinação judicial, administrativa ou legal que implique bloqueio, retenção ou débito nas contas vinculadas ao pagamento de pessoal;
- 3.15.** A Contratada deverá informar imediatamente ao Contratante eventual comunicação de óbito recebida da Receita Federal referente a membros, servidores ativos, inativos, pensionista ou demais beneficiários da folha, ficando vedado o depósito de valores após a comunicação, devendo eventual valor ser estornado ao Município no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;
- 3.16.** A Contratada deverá informar previamente ao Contratante, sempre que houver obrigação legal de fornecimento de dados pessoais a autoridades públicas, para que a Administração adote as medidas que entender cabíveis;
- 3.17.** Manter absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações financeiras ou funcionais dos beneficiários da folha de pagamento, sendo vedada sua divulgação sem autorização prévia e expressa da Administração;
- 3.18.** Efetuar o pagamento de todos os tributos, impostos, taxas, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas incidentes sobre a execução contratual;



**3.19.** Responder integralmente pelos danos e prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros em decorrência de ação, omissão, culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes;

**3.20.** Comunicar previamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, eventual alteração de agência bancária dos correntistas, informando os impactos da mudança aos beneficiários da folha de pagamento e ao Contratante.

**3.21.** A contratação deverá observar, ainda, os princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa, segurança das operações financeiras, economicidade, transparência e proteção dos dados pessoais dos beneficiários da folha de pagamento municipal.

#### **Requisitos Gerais**

**3.22.** A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**3.23.** A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

**3.24.** Todas as despesas decorrentes da execução do objeto são responsabilidade exclusiva da contratada, inclusas as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação de serviços.

**3.25.** O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, notadamente no que tange a Lei nº 14.967/2024, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

#### **Subcontratação**

**3.26.** Não será permitida a subcontratação do objeto sem a prévia e expressa autorização por escrito da Administração.



#### IV. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis e na justificativa técnica e econômica da escolha da solução mais adequada para atender às necessidades da Administração Pública Municipal. Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação, foram analisadas as seguintes possibilidades:

**a) Execução Direta pela Administração Pública:** foi considerada a possibilidade de execução direta dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento pelo próprio Município, sem a contratação de instituição financeira específica. Entretanto, tal alternativa mostrou-se inviável técnica e operacionalmente, tendo em vista que a Administração Municipal não possui autorização do Banco Central do Brasil (BCB) para operar serviços bancários, tampouco dispõe de estrutura financeira, tecnológica e operacional necessária para realização das atividades de processamento bancário, abertura e manutenção de contas, transferências financeiras, segurança bancária e atendimento aos beneficiários da folha de pagamento.

Além disso, a execução direta demandaria elevados investimentos em infraestrutura tecnológica, segurança da informação, pessoal especializado e adequação regulatória, tornando a solução economicamente desvantajosa e incompatível com a realidade administrativa do Município.

**b) Contratação Compartilhada ou Não Exclusiva de Instituições Financeiras:** também foi analisada a possibilidade de contratação não exclusiva ou compartilhada entre múltiplas instituições financeiras para operacionalização da folha de pagamento. Contudo, essa alternativa poderia ocasionar fragmentação operacional, aumento da complexidade administrativa, dificuldades de integração sistêmica, maior risco de inconsistências nos pagamentos e perda de eficiência na gestão financeira da folha.



Ademais, a ausência de centralização dos serviços dificultaria o controle administrativo e poderia gerar custos indiretos adicionais relacionados à gestão contratual, suporte técnico e operacionalização dos pagamentos.

**c) Contratação de Instituição Financeira Especializada, com Exclusividade:**  
a alternativa mais vantajosa e recomendada consiste na contratação de instituição financeira pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB), para prestação exclusiva dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e demais beneficiários da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS.

Essa solução apresenta maior viabilidade técnica e econômica, considerando que as instituições financeiras possuem estrutura operacional consolidada, sistemas informatizados compatíveis, mecanismos de segurança bancária, capacidade de integração tecnológica e experiência específica na execução desse tipo de serviço.

A contratação exclusiva possibilita maior padronização dos procedimentos, otimização da gestão financeira, segurança nas operações bancárias, redução de falhas operacionais e melhoria no atendimento aos beneficiários da folha de pagamento. Além disso, a centralização dos serviços contribui para maior controle administrativo, eficiência operacional e economicidade.

Outro fator relevante é que esse modelo possibilita à Administração Pública a obtenção de condições mais vantajosas mediante procedimento licitatório competitivo, garantindo transparência, isonomia e observância aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a análise comparativa das alternativas evidencia que a contratação de instituição financeira especializada para prestação exclusiva dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento é a solução mais adequada para atender ao interesse público, garantindo eficiência administrativa, segurança operacional, viabilidade econômica e continuidade dos serviços prestados pela Administração Municipal.



## **V. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.**

A solução proposta compreende a contratação de instituição financeira pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB), para prestação, com exclusividade, dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e demais beneficiários vinculados à Administração Direta do Município de Bataguassu/MS.

A contratação visa assegurar a continuidade, eficiência, segurança e modernização dos serviços relacionados à operacionalização da folha de pagamento municipal, garantindo que os pagamentos sejam realizados de forma ágil, segura, precisa e em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

A implementação da solução permite maior eficiência administrativa e financeira, mediante centralização dos serviços bancários em instituição financeira especializada, dotada de capacidade técnica, operacional e tecnológica compatível com as necessidades da Administração Pública Municipal. Além disso, a solução proporcionará maior segurança no processamento das informações financeiras, redução de falhas operacionais, melhoria no controle administrativo e maior comodidade aos beneficiários da folha de pagamento.

Justifica-se a adoção de vigência plurianual para o presente contrato em razão da natureza continuada e estratégica dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento, bem como por se tratar de contratação de alto valor econômico, tanto para a Administração Pública quanto para a instituição financeira contratada. A formalização de contrato com prazo mais amplo proporciona maior estabilidade operacional, viabilidade econômica e segurança jurídica às partes, permitindo à instituição financeira melhor planejamento dos investimentos necessários à execução dos serviços e garantindo à Administração Pública condições mais vantajosas, maior eficiência na gestão contratual e continuidade adequada dos serviços prestados aos servidores e demais beneficiários da folha de pagamento.





A instituição financeira contratada deverá disponibilizar estrutura adequada para atendimento presencial e eletrônico, incluindo agência física no Município de Bataguassu/MS, sistemas informatizados compatíveis com o sistema de gestão da folha de pagamento da Administração e canais de atendimento eficientes aos servidores e demais beneficiários.

A solução deverá contemplar, ainda:

- Processamento integral da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e demais beneficiários vinculados ao Município, mediante crédito em conta de titularidade dos beneficiários;
- Abertura de contas na modalidade conta salário, incluindo coleta de dados, documentos e assinaturas necessárias, preferencialmente no local de trabalho e durante o horário de expediente bancário;
- Disponibilização de sistema eletrônico seguro, compatível e integrado com os sistemas utilizados pela Administração Municipal;
- Garantia de sigilo, proteção e confidencialidade de todos os dados e informações compartilhados em razão da execução contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Prestação de suporte técnico e operacional durante toda a vigência contratual, visando assegurar o correto funcionamento dos serviços, a solução de inconsistências operacionais e o atendimento às demandas da Administração;
- Correção, sem ônus adicional para o Município, de eventuais falhas, inconsistências, atrasos ou erros identificados na execução dos serviços;
- Disponibilização de canais de atendimento aos beneficiários da folha de pagamento, observando padrões adequados de qualidade, acessibilidade e eficiência;
- Manutenção da infraestrutura tecnológica necessária à execução contratual, incluindo atualização de sistemas, mecanismos de segurança da informação e integração bancária;
- Fornecimento, sempre que solicitado pela Administração, de relatórios, históricos de pagamentos e demais informações necessárias ao acompanhamento e fiscalização contratual.



A escolha desta solução possibilita à Administração Pública maior eficiência na gestão financeira da folha de pagamento, segurança nas operações bancárias, melhoria dos serviços prestados aos servidores e beneficiários, além de garantir economicidade, continuidade dos serviços públicos e observância aos princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

A exigência de apresentação da certidão negativa de falência (conforme o art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) é essencial para assegurar que a licitante encontre-se em situação financeira saudável, diminuindo o risco de interrupção na execução do contrato ou ata devido a questões econômicas adversas, como insolvência ou falência. Essa medida é indispensável para proteger o interesse público, garantindo a continuidade dos serviços ou obras objeto da licitação.

### **Justificativa da não participação de consórcio de empresas**

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a vedação à participação de empresas em consórcio deve ser devidamente motivada. No presente caso, a instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS não se caracteriza como de grande vulto, tampouco envolve alta complexidade técnica, o que afasta a necessidade de permitir a formação de consórcios, conforme parâmetros legais.

Adicionalmente, a estrutura administrativa da Prefeitura de Bataguassu é enxuta, não dispondo de recursos adequados para gerenciar contratações com consórcios, o que poderia comprometer a eficiência da gestão contratual. Ressalta-se ainda que a permissão para atuação consorciada poderia reduzir a competitividade do certame, ao favorecer a união de potenciais concorrentes.



Dessa forma, a vedação à participação de consórcios visa preservar a ampla concorrência e a vantajosidade da contratação, sem prejuízos técnicos ou econômicos à Administração.

### **Qualificação Técnica**

A instituição financeira contratada deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que possui experiência prévia na prestação de serviços compatíveis em características, porte e complexidade com o objeto desta contratação, especialmente relacionados ao gerenciamento e processamento de folha de pagamento de servidores públicos ou serviços bancários correlatos.

Os atestados apresentados deverão demonstrar que os serviços foram executados de forma satisfatória, contínua e eficiente, evidenciando a capacidade operacional, tecnológica e administrativa da instituição para atendimento das demandas da Administração Pública.

Tal exigência visa assegurar que a futura contratada possua estrutura técnica adequada, sistemas compatíveis, equipe qualificada e experiência suficiente para garantir a execução segura, eficiente e contínua dos serviços de processamento da folha de pagamento, minimizando riscos operacionais e assegurando a observância dos princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público, segurança das informações e interesse público.

Tais exigências encontram respaldo nos princípios da legalidade, da eficiência, da isonomia e, sobretudo, no interesse público, assegurando que a Administração contrate fornecedores aptos a cumprir com excelência as obrigações contratuais. A qualificação técnica, portanto, não se apresenta como fator restritivo, mas como instrumento necessário para assegurar a contratação de fornecedor qualificado, resguardando o erário e a qualidade dos serviços públicos prestados.



**VI. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.**

A estimativa quantitativa da presente contratação foi elaborada com base no levantamento atualizado do número de servidores ativos, inativos, pensionistas e demais beneficiários vinculados à Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, considerando os dados fornecidos pelos setores responsáveis pela gestão de pessoal e processamento da folha de pagamento.

Para fins de dimensionamento da solução e avaliação da viabilidade da contratação, foram considerados o quantitativo atual de beneficiários (total de 1.254 pessoas no mês de maio/2026, utilizado como referência), a distribuição por vínculos funcionais, bem como as respectivas faixas remuneratórias e volume financeiro mensal movimentado pela folha de pagamento municipal.

Além da demanda atualmente existente, também foi considerada a previsão de realização de concurso público durante a vigência contratual, o que poderá ocasionar o ingresso de novos servidores e consequente ampliação do quantitativo de beneficiários abrangidos pelos serviços objeto da contratação.

As informações detalhadas referentes ao quantitativo estimado de beneficiários, distribuição por categoria funcional, faixas remuneratórias e demais dados relacionados à movimentação financeira da folha de pagamento encontram-se demonstradas nas tabelas abaixo:

Salário	Quantidade Total	Remuneração Média
Até R\$ 1.000,00	34	R\$ 19.126,62
De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	23	R\$ 36.240,69
De R\$ 2.000,01 a R\$3.000,00	433	R\$ 1.068.008,00
De R\$ 3.000,01 a R\$4.000,00	145	R\$ 501.699,36
De R\$ 4.000,01 a R\$5.000,00	92	R\$ 415.715,84



De R\$ 5.000,01 a R\$ 7.000,00	236	R\$ 1.411.656,45
De R\$ 7.000,01 a R\$ 9.000,00	94	R\$ 755.880,63
De R\$ 9.000,01 a R\$ 12.000,00	62	R\$ 631.166,29
De R\$ 12.000,01 a R\$ 15.000,00	22	R\$ 293.755,05
De R\$ 15.000,01 a R\$ 42.000,00	35	R\$ 750.118,42
<b>TOTAL</b>	<b>1.176</b>	<b>R\$ 5.883.367,35</b>

FAIXA: Até R\$ 1.000,00		
Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	-	-
EFETIVO	-	-
EFETIVO EM COMISSAO	-	-
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	28	R\$ 15.988,93
INATIVO/PENSIONISTA	06	R\$ 3.137,69
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	

FAIXA: DE R\$ 1.000,01 A R\$ 2.000,00		
Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	01	R\$ 1.715,00
EFETIVO	05	R\$ 8.920,18
EFETIVO EM COMISSAO	-	-
ELETIVO	01	R\$ 1.530,14
CEDIDO	01	R\$ 1.621,00
TEMPORARIO - CONTRATADO	15	R\$ 22.454,37
INATIVO/PENSIONISTA	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	

FAIXA: DE R\$ 2.000,01 A R\$ 3.000,00		
Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	09	R\$ 23.082,50
EFETIVO	184	R\$ 435.221,41
EFETIVO EM COMISSAO	01	R\$ 2.018,80
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	236	R\$ 599.838,01
INATIVO/PENSIONISTA	03	R\$ 7.847,28
<b>TOTAL</b>	<b>433</b>	





**FAIXA: DE R\$ 3.000,01 A R\$ 4.000,00**

Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	16	R\$ 58.800,00
EFETIVO	89	R\$ 306.748,37
EFETIVO EM COMISSAO	02	R\$ 7.350,00
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	35	R\$ 118.373,70
INATIVO/PENSIONISTA	03	R\$ 10.427,29
<b>TOTAL</b>	<b>145</b>	

**FAIXA: DE R\$ 4.000,01 A R\$ 5.000,00**

Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	-	-
EFETIVO	77	R\$ 348.071,30
EFETIVO EM COMISSAO	-	-
ELETIVO	04	R\$ 16.831,59
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	09	R\$ 41.797,73
INATIVO/PENSIONISTA	02	R\$ 9.015,22
<b>TOTAL</b>	<b>92</b>	

**FAIXA: DE R\$ 5.000,01 A R\$ 7.000,00**

Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	28	R\$ 163.034,88
EFETIVO	183	R\$ 1.098.209,41
EFETIVO EM COMISSAO	06	R\$ 36.247,35
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	16	R\$ 95.574,06
INATIVO/PENSIONISTA	03	R\$ 18.590,75
<b>TOTAL</b>	<b>236</b>	

**FAIXA: ACIMA DE R\$ 7.000,01 A R\$ 9.000,00**

Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	5	R\$ 40.933,90
EFETIVO	64	R\$ 513.270,40
EFETIVO EM COMISSAO	08	R\$ 67.911,71
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	12	R\$ 92.942,33
INATIVO/PENSIONISTA	05	R\$ 40.822,29
<b>TOTAL</b>	<b>94</b>	



FAIXA: ACIMA DE R\$ 9.000,01 A R\$ 12.000,00		
Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	-	-
EFETIVO	47	R\$ 480.205,78
EFETIVO EM COMISSAO	09	R\$ 91.412,75
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	04	R\$ 40.454,35
INATIVO/PENSIONISTA	02	R\$ 19.093,41
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	

FAIXA: ACIMA DE R\$ 12.000,01 A R\$ 15.000,00		
Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	02	R\$ 24.203,54
EFETIVO	16	R\$ 213.126,25
EFETIVO EM COMISSAO	03	R\$ 43.103,37
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	-	-
INATIVO/PENSIONISTA	01	R\$ 13.321,89
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	

FAIXA: ACIMA DE R\$ 15.000,01 A R\$ 42.000,00		
Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSONADO	01	R\$ 16.275,00
EFETIVO	15	R\$ 352.195,30
EFETIVO EM COMISSAO	07	R\$ 119.138,06
ELETIVO	08	R\$ 151.650,00
CEDIDO	-	-
TEMPORARIO - CONTRATADO	03	R\$ 80.352,57
INATIVO/PENSIONISTA	01	R\$ 30.507,49
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	

Dessa forma, a estimativa realizada busca assegurar que a instituição financeira contratada possua capacidade técnica, operacional e tecnológica compatível com a demanda atual e futura da Administração Municipal, garantindo a execução contínua, eficiente e segura dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento.



## VII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Inicialmente, cabe esclarecer que a contratação não gerará custo ao Município. Ao contrário, a exploração econômico-financeira da gestão da folha de pagamentos de salários e outras indenizações gerará receita extra orçamentária aos cofres públicos da contratante.

Para reavaliação da estimativa da contratação, foi realizada análise das informações financeiras e operacionais relacionadas à folha de pagamento da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, considerando dados históricos da execução contratual anterior, evolução da folha de pagamento, quantitativo de beneficiários e movimentação financeira mensal.

A estimativa foi obtida com base na exploração anterior da folha de pagamento municipal, considerando os valores praticados no contrato vigente (P.A. 111/2021, P.P. 23/2021), bem como a análise da evolução financeira da folha e das receitas potencialmente geradas à instituição financeira em razão da prestação dos serviços.

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Qtd.	Valor Mínimo Estimado para Venda
1	010.084.001	Contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, inclusive aqueles que venham a ser contratados na vigência do contrato	SERVI	1	R\$ <b>1.022.920,00</b>
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 1.022.920,00</b>					

Dessa forma, estima-se o valor de **R\$ 1.022.920,00 (um milhão, vinte e dois mil, novecentos e vinte reais)** para a futura contratação, correspondente à contrapartida financeira a ser paga pela instituição financeira contratada ao Município, em razão do direito de exploração dos serviços de gerenciamento e processamento da



folha de pagamento, conforme condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato administrativo.

Contudo, para que haja maior eficiência nos preços referenciais, estes serão definidos através de pesquisa de preços de acordo com Decreto Municipal 330/2022, que regulamenta as cotações de preços em âmbito municipal.

### **VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos da alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da contratação deve, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, observar o princípio do parcelamento, visando ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem prejuízo da economia de escala.

Dessa forma, a adjudicação será realizada de forma global, tendo em vista que o objeto possui natureza indivisível e integrada, não sendo tecnicamente viável o parcelamento da contratação sem prejuízo à eficiência operacional, à segurança das informações e à adequada execução dos serviços.

A centralização dos serviços em uma única instituição financeira garante maior controle administrativo, padronização dos procedimentos, integração sistêmica e economicidade, mostrando-se a solução mais vantajosa para a Administração Pública.

### **IX. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

O Processo Administrativo n. 111/2021, Pregão Presencial n. 023/2021, cujo objeto é a “contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS”, trata-se de uma contratação interdependente.



## **X. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.**

A presente contratação, que tem por objeto a contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB), para prestação dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e demais beneficiários da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, possui como finalidade promover maior eficiência, segurança e modernização na gestão financeira da folha de pagamento municipal.

No que se refere à economicidade, a contratação de instituição financeira especializada permitirá maior eficiência operacional na execução dos serviços bancários relacionados à folha de pagamento, reduzindo riscos de falhas, inconsistências operacionais e custos administrativos decorrentes de retrabalhos ou procedimentos descentralizados. Além disso, a realização de procedimento licitatório possibilita maior competitividade entre as instituições financeiras interessadas, favorecendo a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

A centralização dos serviços em uma única instituição financeira contribuirá para melhor aproveitamento dos recursos humanos da Administração, reduzindo demandas operacionais internas relacionadas ao processamento da folha de pagamento, suporte bancário e resolução de inconsistências, permitindo que os servidores municipais atuem de forma mais eficiente em atividades estratégicas e administrativas.

Quanto aos recursos materiais e tecnológicos, a contratação proporcionará integração sistêmica entre a instituição financeira e os sistemas utilizados pelo Município, promovendo maior agilidade, segurança e confiabilidade no processamento das informações financeiras e pagamentos realizados. A utilização de sistemas eletrônicos modernos e compatíveis também contribuirá para redução de procedimentos manuais, minimização de erros operacionais e maior controle das movimentações financeiras.

Em relação aos recursos financeiros, a solução adotada permitirá maior previsibilidade, estabilidade operacional e segurança na execução dos serviços





bancários vinculados à folha de pagamento, assegurando a continuidade dos pagamentos aos beneficiários de forma eficiente e tempestiva.

Como resultado institucional, espera-se a modernização da gestão da folha de pagamento municipal, melhoria na qualidade dos serviços prestados aos servidores e beneficiários, maior segurança no tratamento das informações financeiras e fortalecimento da eficiência administrativa da Administração Pública Municipal.

Dessa forma, a contratação pretendida configura-se como medida estratégica e vantajosa ao interesse público, promovendo economicidade, otimização dos recursos disponíveis e melhoria contínua da gestão administrativa e financeira do Município, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **XI. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

Antes da celebração do contrato, a Administração adotará as seguintes providências, com vistas a assegurar a adequada execução contratual e o atendimento às exigências legais e técnicas:

- Designação formal dos fiscais e gestor do contrato, por meio de portaria/decreto, garantindo que os agentes públicos envolvidos tenham conhecimento prévio das responsabilidades inerentes à sua função.
- Verificação da disponibilidade orçamentária e financeira, com reserva dos recursos necessários para a contratação, conforme o planejamento das Secretarias envolvidas.

Essas medidas visam promover maior eficiência na execução contratual, mitigar riscos operacionais e assegurar a conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e controle previstos na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



**XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.**

Considerando que o objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas e demais beneficiários da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, caracterizando-se como serviço de natureza predominantemente administrativa, financeira e tecnológica, sem utilização direta de materiais, processos produtivos ou atividades potencialmente causadoras de impactos ambientais relevantes, esta equipe de planejamento entende não haver impactos ambientais significativos diretamente relacionados à execução contratual.

**XIII. GERENCIAMENTO DE RISCO**

<b><u>RISCO 1</u></b>	<b>Especificação Insuficiente para os serviços</b>
<b>ETAPA</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida(s)</b>	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares históricas.
<b>Responsável</b>	Equipe de Planejamento
<b>Risco</b>	<b>MÉDIO</b>
<b><u>RISCO 2</u></b>	<b>Dimensionamento errado das quantidades solicitadas</b>
<b>ETAPA</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio



	( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <b>X</b> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Caso necessário, realizar uma nova licitação para ajustes ou prorrogar a vigência do contrato.
<b>Responsável</b>	Equipe de Planejamento
<b>Risco</b>	<b>ALTO</b>
<b><u>RISCO 3</u></b>	<b>Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações ao Edital</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( <b>X</b> ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <b>X</b> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( ) Médio ( <b>X</b> ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos; Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade; Alocação integral do setor responsável pelo serviço na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.
<b>Responsável</b>	Comissão de Contratação
<b>Risco</b>	<b>ALTO</b>
<b><u>RISCO 4</u></b>	<b>Incapacidade de execução do contrato pela contratada</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( <b>X</b> ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( <b>X</b> ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( ) Médio ( <b>X</b> ) Alto ( ) Muito alto



<b>Medida (s)</b>	Executar penalizações previstas em contrato ou legislação vigente; Novas contratações.
<b>Responsável</b>	Fiscal do contrato
<b>Risco</b>	<b>ALTO</b>
<b><u>RISCO 5</u></b>	<b>Descumprimento de condições</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( X ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( X ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( X ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Definir claramente no edital e contrato as obrigações e as penalizações, realizar fiscalização, imposição de penalidades diante do descumprimento.
<b>Responsável</b>	Fiscal do contrato
<b>Risco</b>	<b>MÉDIO</b>
<b><u>RISCO 6</u></b>	<b>Inobservância dos procedimentos/controles previstos no instrumento contratual</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( X ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( X ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( X ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Fiscalização atuante e eficiente; Responsabilização do agente.
<b>Responsável</b>	Fiscal de contrato
<b>Risco</b>	<b>MÉDIO</b>
<b><u>RISCO 7</u></b>	<b>Comunicação deficitária entre a equipe, e entre o gestor e a contratada</b>



<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( <b>X</b> ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( <b>X</b> ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <b>X</b> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Fiscalização atuante e eficiente.
<b>Responsável</b>	Fiscal e gestor do contrato
<b>Risco</b>	<b>MÉDIO</b>

**MAPA DE RISCO**

I M P A C T O	P R O B A B I L I D A D E					
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO ALTO	Médio	Alto	Extremo	Extremo	Extremo
	ALTO	Médio	Alto	Alto	Alto	Extremo
	MÉDIO	Médio	Médio	Alto	Alto	Extremo
	BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
	MUITO BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio

LEGENDA: Vermelho: Risco extremo – Amarelo: Risco alto – Branco: Risco médio e Verde: Risco baixo.





#### XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Após análises e levantamentos, com base no estudo exposto acima, pode-se concluir que o objeto de contratação do presente ETP é viável, além de ser necessário para o atendimento das necessidades e interesses da Administração Pública, estando em conformidade com Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 3.228/2025.

Bataguassu-MS, 21 de maio de 2026.

#### Elaboração:

NATHALIA  
SCHULZ  
CARDOSO:030945  
21126

Assinado de forma digital  
por NATHALIA SCHULZ  
CARDOSO:03094521126  
Dados: 2026.05.21  
16:31:34 -03'00'

**Nathália Schulz Cardoso**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

GEOVANI TAVARES  
MARTIM:07997866  
167

Assinado de forma digital  
por GEOVANI TAVARES  
MARTIM:07997866167  
Dados: 2026.05.21  
16:33:20 -03'00'

**Geovani Tavares Martim**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

KAUAN LUCIO  
FERREIRA DA  
ROSA:0589804910  
0

Assinado de forma digital  
por KAUAN LUCIO  
FERREIRA DA  
ROSA:05898049100  
Dados: 2026.05.21 16:39:35  
-03'00'

**Kauan Lucio Ferreira da Rosa**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

#### Aprovado por:

ALLED  
CAROLAYNE  
REIS  
ARAUJO:0529375  
5161

Assinado digitalmente por ALLED  
CAROLAYNE REIS ARAUJO:05293755161  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado  
Digital PF A1, OU=Videoconferencia, OU=  
39342649000126, OU=AC SyngularID  
Múltipla, CN=ALLED CAROLAYNE REIS  
ARAUJO:05293755161  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2026.05.21 16:45:43-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

**Alled Carolayne Reis Araújo**  
Secretária Municipal de Administração e Finanças



## ANEXO

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**OBJETO:** Análise da viabilidade técnica e econômica para a escolha da melhor solução visando atender à demanda por serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS.

- Pirâmide salarial do Município
- Classificação final dos itens do processo 000111/21 - PREGÃO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU**  
**PIRÂMIDE SALARIAL**

Salário	Quantidade Total	Remuneração Média
Até R\$ 1.000,00	34	R\$ 19.126,62
De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	23	R\$ 36.240,69
De R\$ 2.000,01 a R\$3.000,00	433	R\$ 1.068.008,00
De R\$ 3.000,01 a R\$4.000,00	145	R\$ 501.699,36
De R\$ 4.000,01 a R\$5.000,00	92	R\$ 415.715,84
De R\$ 5.000,01 a R\$ 7.000,00	236	R\$ 1.411.656,45
De R\$ 7.000,01 a R\$ 9.000,00	94	R\$ 755.880,63
De R\$ 9.000,01 a R\$ 12.000,00	62	R\$ 631.166,29
De R\$ 12.000,01 a R\$ 15.000,00	22	R\$ 293.755,05
De R\$ 15.000,01 a R\$ 42.000,00	35	R\$ 750.118,42
<b>TOTAL</b>	<b>1.176</b>	<b>R\$ 5.883.367,35</b>

**FAIXA: Até R\$ 1.000,00**

Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSIONADO	-	-
EFETIVO	-	-
EFETIVO EM COMISSAO	-	-
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORÁRIO - CONTRATADO	28	R\$ 15.988,93
INATIVO/PENSIONISTA	06	R\$ 3.137,69
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	

**FAIXA: DE R\$ 1.000,01 A R\$ 2.000,00**

Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSIONADO	01	R\$ 1.715,00
EFETIVO	05	R\$ 8.920,18
EFETIVO EM COMISSAO	-	-
ELETIVO	01	R\$ 1.530,14
CEDIDO	01	R\$ 1.621,00
TEMPORÁRIO - CONTRATADO	15	R\$ 22.454,37
INATIVO/PENSIONISTA	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	

*Am*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU**  
**PIRÂMIDE SALARIAL**

**FAIXA: DE R\$ 2.000,01 A R\$ 3.000,00**

<b>Vínculo</b>	<b>Quantidade Total</b>	<b>Remuneração</b>
COMISSIONADO	09	R\$ 23.082,50
EFETIVO	184	R\$ 435.221,41
EFETIVO EM COMISSAO	01	R\$ 2.018,80
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORÁRIO - CONTRATADO	236	R\$ 599.838,01
INATIVO/PENSIONISTA	03	R\$ 7.847,28
<b>TOTAL</b>	<b>433</b>	

**FAIXA: DE R\$ 3.000,01 A R\$ 4.000,00**

<b>Vínculo</b>	<b>Quantidade Total</b>	<b>Remuneração</b>
COMISSIONADO	16	R\$ 58.800,00
EFETIVO	89	R\$ 306.748,37
EFETIVO EM COMISSAO	02	R\$ 7.350,00
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORÁRIO - CONTRATADO	35	R\$ 118.373,70
INATIVO/PENSIONISTA	03	R\$ 10.427,29
<b>TOTAL</b>	<b>145</b>	

**FAIXA: DE R\$ 4.000,01 A R\$ 5.000,00**

<b>Vínculo</b>	<b>Quantidade Total</b>	<b>Remuneração</b>
COMISSIONADO	-	-
EFETIVO	77	R\$ 348.071,30
EFETIVO EM COMISSAO	-	-
ELETIVO	04	R\$ 16.831,59
CEDIDO	-	-
TEMPORÁRIO - CONTRATADO	09	R\$ 41.797,73
INATIVO/PENSIONISTA	02	R\$ 9.015,22
<b>TOTAL</b>	<b>92</b>	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU**  
**PIRÂMIDE SALARIAL**

**FAIXA: DE R\$ 5.000,01 A R\$ 7.000,00**

<b>Vínculo</b>	<b>Quantidade Total</b>	<b>Remuneração</b>
COMISSIONADO	28	R\$ 163.034,88
EFETIVO	183	R\$ 1.098.209,41
EFETIVO EM COMISSAO	06	R\$ 36.247,35
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORÁRIO - CONTRATADO	16	R\$ 95.574,06
INATIVO/PENSIONISTA	03	R\$ 18.590,75
<b>TOTAL</b>	<b>236</b>	

**FAIXA: ACIMA DE R\$ 7.000,01 A R\$ 9.000,00**

<b>Vínculo</b>	<b>Quantidade Total</b>	<b>Remuneração</b>
COMISSIONADO	5	R\$ 40.933,90
EFETIVO	64	R\$ 513.270,40
EFETIVO EM COMISSAO	08	R\$ 67.911,71
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORÁRIO - CONTRATADO	12	R\$ 92.942,33
INATIVO/PENSIONISTA	05	R\$ 40.822,29
<b>TOTAL</b>	<b>94</b>	

**FAIXA: ACIMA DE R\$ 9.000,01 A R\$ 12.000,00**

<b>Vínculo</b>	<b>Quantidade Total</b>	<b>Remuneração</b>
COMISSIONADO	-	-
EFETIVO	47	R\$ 480.205,78
EFETIVO EM COMISSAO	09	R\$ 91.412,75
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORÁRIO - CONTRATADO	04	R\$ 40.454,35
INATIVO/PENSIONISTA	02	R\$ 19.093,41
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	

*[Assinatura]*



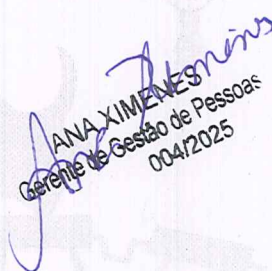
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU**  
**PIRÂMIDE SALARIAL**

**FAIXA: ACIMA DE R\$ 12.000,01 A R\$ 15.000,00**

Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSIONADO	02	R\$ 24.203,54
EFETIVO	16	R\$ 213.126,25
EFETIVO EM COMISSAO	03	R\$ 43.103,37
ELETIVO	-	-
CEDIDO	-	-
TEMPORÁRIO - CONTRATADO	-	-
INATIVO/PENSIONISTA	01	R\$ 13.321,89
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	

**FAIXA: ACIMA DE R\$ 15.000,01 A R\$ 42.000,00**

Vínculo	Quantidade Total	Remuneração
COMISSIONADO	01	R\$ 16.275,00
EFETIVO	15	R\$ 352.195,30
EFETIVO EM COMISSAO	07	R\$ 119.138,06
ELETIVO	08	R\$ 151.650,00
CEDIDO	-	-
TEMPORÁRIO - CONTRATADO	03	R\$ 80.352,57
INATIVO/PENSIONISTA	01	R\$ 30.507,49
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	

  
ANA XIMENES  
Gerente de Gestão de Pessoas  
004/2025



# MUNICIPIO DE BATAGUASSU

AV. AQUIDAUANA Nº 1001

CNPJ: 03.576.220/0001-56

**Classificação Final dos Itens**

Página 1 de 1

Licitação: **000111/21 PREGÃO PRESENCIAL**

**Sessão: 1**

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Valor Unitário	Unidade	Quantidade
Código	Proponente / Fornecedor				Valor Total
1	010.084.001	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA OU PRIVADA, AUTORIZADA PELO BSERVI			1
8876	BANCO BRADESCO S.A.		1.022.920,00		1.022.920,00

Valor Total da Licitação: 1.022.920,00



### ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE  
SI O MUNICÍPIO DE  
BATAGUASSU-MS E A  
EMPRESA **XXX**.

O **Município de Bataguassu**, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede Avenida Aquidauana, nº 1001, Centro, Bataguassu/MS, na cidade de Bataguassu-MS, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 03.576.220/0001-56**, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no Diário Oficial do Município de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., Endereço eletrônico: ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 127/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 045/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de instituição financeira pública ou privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) para operar, com exclusividade, os serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, inclusive aqueles que venham a ser contratados na vigência do contrato, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

1.2. Objeto da contratação:



ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	VALOR PARA A VENDA
1			SERV.	1	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Estudo Técnico Preliminar;

1.3.3. O Edital da Licitação;

1.3.4. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista suas características e natureza de necessidade permanente.

2.3. Estar formalmente demonstrado no processo que os serviços de processamento e gerenciamento da folha de pagamento possuem natureza continuada e que a prorrogação mostra-se vantajosa para a Administração

2.4. Ser juntado relatório de fiscalização ou documento equivalente, contendo informações acerca da regular execução contratual durante o período de vigência;

2.4.1. Ser apresentada justificativa, por escrito, demonstrando o interesse da Administração na manutenção da contratação;

2.4.2. Haver manifestação expressa da instituição financeira contratada informando seu interesse na prorrogação contratual;

2.4.3. Ser comprovada a manutenção, pela instituição financeira contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

2.5. A contratada não possui direito subjetivo à prorrogação contratual, ficando esta condicionada à conveniência e oportunidade da Administração e ao atendimento dos requisitos legais e contratuais.

2.6. A prorrogação do contrato deverá ser formalizada mediante termo aditivo, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.



2.7. A prorrogação ficará condicionada à demonstração de que sua manutenção permanece vantajosa para a Administração Pública.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando a contratada estiver cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, observadas as abrangências de aplicação das respectivas sanções.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. A subcontratação do objeto observará as condições e os limites estabelecidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

5.1. O valor total do presente contrato perfaz a quantia de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**, correspondente ao valor ofertado pela instituição financeira vencedora da licitação.

5.2. A contratada repassará à contratante o valor ofertado na licitação, a título de contrapartida pelo direito de exploração dos serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas, estagiários e demais beneficiários vinculados à Administração Direta do Município de Bataguassu/MS, em parcela única, sem qualquer desconto, em moeda corrente nacional, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da assinatura do contrato.

5.3. O valor ofertado pela contratada compreende todos os custos, despesas, tributos, tarifas, encargos e demais ônus necessários à execução integral do objeto contratual, não sendo devido pelo Município qualquer pagamento adicional à instituição financeira contratada.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1. São obrigações do CONTRATANTE:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Contrato, o Edital e seus anexos.

6.1.2. Disponibilizar ao CONTRATADO as informações e os arquivos necessários ao processamento da folha de pagamento, observadas as normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais.





6.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações assumidas pelo CONTRATADO.

6.1.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, acerca de irregularidades verificadas na execução contratual, fixando prazo para sua regularização.

6.1.5. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na legislação e neste Contrato, quando cabíveis.

6.1.6. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

6.1.7. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, observado o prazo legal.

6.1.8. Fornecer ao CONTRATADO, em tempo hábil, as informações necessárias à correta operacionalização da folha de pagamento dos servidores e demais beneficiários abrangidos pelo objeto contratual.

6.1.9. Permitir o acesso dos representantes do CONTRATADO às dependências municipais, quando necessário à execução dos serviços, observadas as normas internas da Administração.

6.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou representantes.

## **7. CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

7.2. Executar os serviços de processamento e gerenciamento da folha de pagamento dos servidores públicos municipais, ativos, inativos, pensionistas e demais beneficiários indicados pela CONTRATANTE, observadas as condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência:

7.2.1. Efetuar os créditos dos vencimentos, salários, proventos, pensões e demais benefícios nas contas dos beneficiários, nas datas indicadas pela CONTRATANTE.

7.2.2. Disponibilizar, sem ônus para a CONTRATANTE, os sistemas, plataformas e meios eletrônicos necessários ao recebimento, processamento e execução dos arquivos da folha de pagamento.

7.2.3. Disponibilizar aos servidores municipais os serviços bancários previstos na regulamentação do Banco Central do Brasil, observadas as condições estabelecidas na proposta apresentada.



7.2.4. Manter estrutura de atendimento compatível com a demanda do Município durante toda a vigência contratual, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

7.2.5. Disponibilizar canais de atendimento presencial, eletrônico e telefônico aos servidores municipais, observadas as normas aplicáveis ao sistema financeiro nacional.

7.2.6. Garantir a segurança, a integridade, a confidencialidade e o sigilo das informações recebidas da CONTRATANTE, observando a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

7.2.7. Corrigir, sem ônus para a CONTRATANTE, quaisquer falhas, inconsistências ou erros identificados na execução dos serviços.

7.2.8. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços ou a segurança das informações processadas.

7.2.9. Atender às determinações do gestor e do fiscal do contrato, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados.

7.2.10. Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços.

7.2.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

7.2.12. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, podendo a CONTRATANTE exigir, sempre que necessário ou previamente à formalização de qualquer pagamento devido em favor da CONTRATADA, a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

7.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato, inclusive após o término de sua vigência.

7.2.14. Cumprir as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, pelo Conselho Monetário Nacional e demais órgãos reguladores competentes.

7.2.15. Efetuar o pagamento da outorga ofertada ao Município, na forma, prazo e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.



---

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do procedimento de contratação e da execução contratual, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. O CONTRATADO deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a celebração de contratos ou a utilização de terceiros que envolvam tratamento de dados pessoais relacionados à execução do objeto contratual.

8.5. Encerrado o tratamento dos dados pessoais, nos termos do art. 15 da LGPD, a CONTRATADA deverá eliminá-los, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD e as situações em que houver obrigação legal ou regulatória de armazenamento.

8.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.7. A CONTRATADA deverá exigir de eventuais operadores, suboperadores, prestadores de serviços ou terceiros envolvidos na execução contratual o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, permanecendo integralmente responsável por sua observância.

8.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.10. Os bancos de dados eventualmente formados em decorrência da execução contratual deverão ser mantidos em ambiente seguro e controlado, com mecanismos de rastreabilidade e registro das operações realizadas, observadas as exigências da LGPD.

8.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



8.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

8.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, na forma da legislação aplicável.

## **9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, **nas hipóteses de descumprimentos, de pequena importância, de obrigação legal ou infração a lei** ou quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem



como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória, tendo como base as seguintes métricas:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total da aquisição, contratação ou saldo remanescente não entregue, do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) dia de atraso e ocorrência injustificada;
- b) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total da aquisição, contratação ou saldo remanescente não entregue, do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) dia de atraso e ocorrência injustificada, quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias;
- c) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total da aquisição, contratação ou saldo remanescente não entregue, a partir do primeiro dia de atraso e ocorrência injustificada, quando o atraso for superior a 10 (dez) dias, limitada a incidência a 30% (trinta por cento).

10.2.4.2. Compensatória, tendo como base as seguintes métricas:

- a) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;
- b) até 20% (vinte por cento) do valor contratado, em caso do contratado ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) até 30% (trinta por cento) do valor estimado ou contratado, em caso de apresentação de declaração falsa durante a execução do contrato; praticar ato fraudulento na execução do contrato; comporta-se de modo inidôneo ou fraude de qualquer natureza; prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

10.2.4.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, o cancelamento da ata de registro de preços ou o cancelamento da nota de empenho ou instrumento equivalente, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Decreto.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))





10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)), na forma do **Decreto Municipal nº 57/2026**.

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **Decreto Municipal nº 57/2026** e no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla



defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#), e demais infrações e sanções apresentadas no Edital referente esta contratação.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.5.4. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.5. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.6. Das indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório. ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).



11.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. Não há dotação orçamentária a ser indicada para a presente contratação, uma vez que o objeto licitado não acarretará despesa para o Município de Bataguassu/MS.

12.2. A presente licitação tem por objeto a contratação de instituição financeira para prestação dos serviços de processamento e gerenciamento da folha de pagamento dos servidores municipais, mediante cessão onerosa do direito de operacionalização dos referidos serviços.

12.3. A execução contratual não implicará desembolso de recursos públicos pela Administração Municipal, sendo que, ao contrário, resultará em ingresso de receita decorrente da contraprestação financeira a ser paga pela licitante vencedora.

12.4. Dessa forma, em razão da inexistência de despesa a ser suportada pelo orçamento municipal, não se aplica a indicação de dotação orçamentária para a presente contratação.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. As alterações necessárias à execução do objeto observarão as hipóteses e os limites previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES, INTIMAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

15.1. Todas as comunicações, intimações e notificações decorrentes deste Contrato serão realizadas nos seguintes endereços: xxxxx, e/ou e-mail: xxxxx, considerados, para todos os efeitos, como domicílio contratual das partes.

15.2. É de responsabilidade exclusiva das partes manter seus endereços físico e eletrônico atualizados, mediante comunicação formal à outra parte, não podendo alegar, em hipótese alguma, desconhecimento por alteração não informada.

15.3. As comunicações encaminhadas para os endereços indicados no contrato presumem-se válidas e eficazes, produzindo seus efeitos legais, ainda que não recebidas por fato imputável ao destinatário.

15.4. Para fins de celeridade e eficácia, as notificações também poderão ser realizadas por meio eletrônico, utilizando-se os endereços de e-mail informados no presente instrumento, dispensando-se a via física, salvo quando expressamente exigida pela legislação aplicável.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bataguassu-MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Bataguassu/MS, xx de xxxx de 20xx.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BATAGUASSU**  
ORDEM E PROGRESSO | 2025 - 2028

**SEPLAN**

Secretaria Municipal de  
Planejamento e Licitações

1- Nome: \_\_\_\_\_

Matrícula nº:.....

2- Nome: \_\_\_\_\_

Matrícula nº:.....



Avenida Aquidauana, 1001 | Centro | Fone: (67) 4042-9000

CEP 79.780-000 | CNPJ 03.576.220/0001-56

[www.bataguassu.ms.gov.br](http://www.bataguassu.ms.gov.br) | [planejamento@bataguassu.ms.gov.br](mailto:planejamento@bataguassu.ms.gov.br) | [licitacao@bataguassu.ms.gov.br](mailto:licitacao@bataguassu.ms.gov.br)





## ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)  
(MODELO SUGERIDO)

Pregão Eletrônico nº 045/2026

Processo Administrativo nº 127/2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA:

- a) O pleno conhecimento e a aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital;
- b) A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;
- c) A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- d) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- e) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- h) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante, bem como com agente público que desempenhe função na licitação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- i) Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

..... de ..... de 2026

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome legível/Cargo)



**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE**

*(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)  
(MODELO SUGERIDO)*

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA  
DE PEQUENO PORTE**

Pregão Eletrônico nº 045/2026

Processo Administrativo nº 127/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de participação em licitação, sob as penas da lei, que:

- ( ) se enquadra como MICROEMPRESA – ME;  
( ) se enquadra como EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP;

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, e que não incide em quaisquer das vedações previstas no §4º do art. 3º da mencionada legislação.

Declara ainda que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo inteira responsabilidade por elas.

Local e data.

Nome da empresa/CNPJ:

Nome do representante Legal/CPF:

Assinatura do representante legal:



## ANEXO VI – MOELO DE DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)  
(MODELO SUGERIDO)

Pregão Eletrônico nº 045/2026  
Processo Administrativo nº 127/2026

### 1- DA EMPRESA PROPONENTE:

Nome Empresarial:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CNPJ

Telefone:

E-mail:

Conta Corrente:

Agência:

Banco:

Inscrição Estadual nº:

### 2- DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Função:

Data de Nascimento:

Estado Civil:

Escolaridade:

RG:

Órgão Emissor:

CPF:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Celular:

E-mail:

Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa